

Relatório

# Registo de descrição

Data relatório

2023-09-28

Registo

PT/MESG/AAC/MR-DGIP - Direção-Geral da Instrução Pública

<b>Nível de descrição</b>	SF
<b>Código de referência</b>	PT/MESG/AAC/MR-DGIP
<b>Tipo de título</b>	Formal
<b>Título</b>	Direção-Geral da Instrução Pública
<b>Datas de produção</b>	1859-09-08 - 1907-10-21
<b>Entidade detentora</b>	Secretaria-Geral do Ministério da Educação e da Ciência
<b>Produtor descritivo</b>	Portugal, Ministério do Reino, Direção-Geral da Instrução Pública
<b>História administrativa/biográfica/familiar</b>	<p>A Direção-Geral de Instrução Pública é criada pelo Decreto de 8 de Setembro de 1859, cabendo-lhe a apresentação de propostas sobre os diversos assuntos de "(...) administração literária e científica e prestar informações para esclarecimento e resolução dos negócios da instrução pública". Mantém-se na reorganização efetuada por força do Decreto de 15 de Outubro de 1869, após uma breve interrupção de Abril a Outubro deste mesmo ano, período em que vigorou o estabelecido pelo Decreto de 14 de Abril. Em 1870, foi criado um Ministério da Instrução Pública, o qual existiu de Junho a Dezembro desse ano, pelo que as suas competências voltaram ao Ministério do Reino. Em 1876 (Decreto de 26 de Junho), volta a surgir uma Direção-Geral com a mesma composição de 1869, na dependência da qual foi criada, em 1887, a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos. Por Decreto de 5 de Abril de 1890 foi criado novo Ministério para a Instrução Pública, desta vez associado às Belas Artes. Manteve-se em funcionamento durante dois anos, tendo sido extinto por Decreto de 3 de Março de 1892. Foi então restabelecida a Direção-Geral da Instrução Pública com a composição definida pelo Decreto de 26 de Junho de 1876. Esta, transitaria para o Ministério do Interior, nome pelo qual o Ministério do Reino passou a ser designado em 1910 (Decreto de 8 de Outubro).</p> <p>A República, por Lei de 7 de Julho de 1913, cria o Ministério da Instrução Pública para onde passam todos os serviços de instrução, com exceção das escolas profissionais dependentes dos Ministérios da Guerra e da Marinha. O novo ministério é regulamentado por Decreto de 13 de Outubro de 1913. A Lei n.º 1941, de 11 de Abril de 1936, determina que o Ministério da Instrução Pública passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional, designação que mantém até 1974.</p> <p>A organização da Direção-Geral da Instrução Pública é ainda regulamentada por mais 2 diplomas legais: o Decreto de 23 de Dezembro de 1897 e o Decreto n.º 2, de 24 de Dezembro de 1901. Este último diploma distribui os serviços da Instrução Pública por quatro repartições.</p>
<b>Estatuto legal</b>	Arquivo público
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Contém documentos produzidos pelas duas Repartições da Instrução Primária (1.ª e 2.ª Repartição), pela Repartição da Instrução Secundária (3.ª Repartição) e pela Repartição da Instrução Superior e Especial (4.ª Repartição).
<b>Condições de reprodução</b>	Podem existir restrições à reprodução dos documentos devido ao estado de conservação dos suportes
<b>Localização</b>	Camarate
<b>Unidades de descrição relacionadas</b>	Direção Geral da Instrução Pública (SC)
<b>Notas de publicação</b>	<b>Referência bibliográfica</b> TREMOCERO, Paulo; JORGE, Teresa Revés - Secretaria de Estado dos Negócios do Reino/Ministério do Reino: inventário. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1999.
<b>Entidades detentoras de unidades arquivísticas associadas</b>	Portugal, Ministério da Cultura, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (atual Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas)